

The background features a gradient from purple at the top to orange at the bottom. A large, semi-transparent purple circle is positioned on the left side, partially overlapping the text. In the lower right quadrant, there are several overlapping, glowing orange and purple rings or tori, creating a sense of depth and movement.

**A MULHER  
NA POLÍTICA  
CEARENSE:  
DE BÁRBARA  
DE ALENCAR A  
IZOLDA CELA**

## **A MULHER NA POLÍTICA CEARENSE: DE BÁRBARA DE ALENCAR A IZOLDA CELA**

**Valdelúzia Almeida Pinheiro  
Rafael Pinheiro Pontes  
José Jurailson Bezerra Brito**

### **RESUMO**

Neste artigo busca-se discutir a contribuição da atuação das mulheres na política cearense, a partir da ação de lideranças femininas pioneiras, em períodos distintos da história do Brasil e do Ceará, bem como, compreender a relevância da política como parte da natureza humana, que transcende os pleitos eleitorais, com destaque para a intervenção do movimento feminista na luta pelo direito ao voto. Desse modo, para a consecução deste trabalho, foi realizada pesquisa em bibliografia especializada e análise de dados fornecidos por órgãos públicos, como Governo do Estado, Assembleia Legislativa do Ceará e Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Constata-se a longevidade do protagonismo feminino, no entanto, não lhe foi dado o devido valor, por este motivo, torna-se imprescindível a produção acadêmica e a divulgação de suas realizações.

**Palavras-chave:** Mulheres. Política. Realizações. Pioneiras.

## **WOMEN IN CEARA POLITICS: FROM BARBARA DE ALENCAR TO IZOLDA CELA**

**Valdelúzia Almeida Pinheiro  
Rafael Pinheiro Pontes  
José Jurailson Bezerra Brito**

### **ABSTRACT**

This article seeks to discuss the contribution of women's act in Ceara's politics, from the action of pioneering female leaders, in different periods of the history of Brazil and Ceará, as well as understanding the relevance of politics as part of human nature, which transcends the elections, with emphasis on the intervention of the feminist movement in the struggle for the right to vote. Thus, for the achievement of this work, research was carried out in specialized bibliography and analysis of data provided by government corporations, such as the State Government, Legislative Assembly of Ceará and Regional Electoral Court of Ceará. The longevity of female protagonism is noted, however, it has not been given due value, for this reason, academic production and the dissemination of their achievements are essential.

**Keywords:** Women. Politics. Achievements. pioneers.

## 1. INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos muito se têm discutido sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho é possível encontrar publicações nas mais diversas áreas sobre o tema, o que é louvável, haja vista, a grande dificuldade que se enfrentou e ainda se enfrenta para que as mulheres tenham garantidos os seus direitos e sejam reconhecidas de forma igualitária, no entanto, em relação a sua participação na política o debate se apresenta mais restrito, as discussões ainda não alcançam a população em geral, permanecendo no campo acadêmico e nas categorias mais ligadas a política.

Não há dúvida sobre esta situação, basta observar as reportagens veiculadas em telejornais e na mídia em geral. A questão da participação feminina na política normalmente é tratada quando se aproxima o período eleitoral, quando há a necessidade de ressaltar a legislação que regula as eleições. Uma explicação plausível para este cenário está relacionada à falta de conhecimento, levando em consideração que os currículos escolares da educação básica brasileira e cearense, apresentam um conteúdo pífio sobre o assunto. Para que a participação da mulher na política torne-se pauta das conversas cotidianas, dos debates escolares e ganhe a relevância que merece na sociedade atual, é preciso educar.

Conhecimento é poder; é por meio deste e da ação politizada, crítica e comprometida com as causas sociais que se pode romper a estrutura vigente. Nesta perspectiva de preparação e conscientização das gerações vindouras para a verdadeira efetivação da participação feminina na política, é que o presente estudo considera indispensável realizar um resgate histórico das ações de algumas mulheres que contribuíram significativamente para romper com o preconceito e com a exclusão que predominou durante séculos.

Dentre os objetivos destaca-se: difundir a ideia de que a atuação política transcende os pleitos eleitorais, ampliar o debate entorno de mulheres que atuaram em território cearense e do reflexo de suas ações na política e em diversos setores da sociedade brasileira, realizar uma síntese das mudanças na legislação eleitoral e homenagear lideranças políticas que foram eleitas para a chefia do poder executivo no Estado do Ceará, a partir, dos dados catalogados no sítio do Tribunal Regional Eleitoral – TRE/CE.

Neste viés, torna-se imprescindível que os profissionais e grupos mais interessados unam-se em torno de ações que visem à conscientização da população, incentivando publicações relacionadas ao tema, promovendo seminários e congressos, realizando audiências públicas nas Câmaras Municipais de Vereadores e na Assembleia Legislativa do Estado e principalmente propondo alterações na legislação e no currículo escolar da educação básica.

## 2. DESENVOLVIMENTO

### 2.1. A TRANSCENDÊNCIA DA ATUAÇÃO POLÍTICA

Nos dias atuais predomina o entendimento de que o termo política é sinônimo de pleito eleitoral, reduzindo significativamente as discussões acerca do tema, por isso, erroneamente, imensa parcela da população brasileira vincula uma coisa à outra. Por este motivo é que corriqueiramente se ouve expressões do tipo: “eu não gosto de política, pois, todos os políticos são iguais”. No decorrer dos séculos foi sendo deixado de lado o primitivo entendimento sobre política, junte-se a isto, a atuação insignificante da maioria de nossos representantes que diariamente são acusados de corrupção, o resultado é uma população que prefere não opinar, não saber e não compreender o seu significado.

Direitos básicos como educação, moradia e saúde ainda não alcançaram toda a população e as mulheres, em alguns casos, ainda são vistas como inferiores, neste contraste faz-se necessário reforçarmos a ideia da mulher como um agente político, nos moldes do entendimento de antigos filósofos, como Aristóteles, que defendia que a atuação política está vinculada à natureza humana e não no gênero, ou seja, aquilo com o qual o indivíduo já nasce para ele o “homem é um animal político”. Ademais, temos que a participação na política não se restringe a um pleito eleitoral, já que:

A natureza política deve ser entendida como as inclinações naturais dos homens para viver em comunidade com vista em um fim: a boa vida. O fim da vida humana é a eudaimonia, para atingi-la o homem articula meios que possibilitem este alcance, um destes meios é estabelecer uma vida em comunidade, porque uma pólis bem ordenada é condição necessária para o desenvolvimento das capacidades naturais dos homens e para o alcance da eudaimonia. Essa articulação só é possível porque o homem é um ser dotado de razão, possui logos. A relação entre a pólis e a natureza humana se dá nessa condição da necessidade humana de uma instituição bem organizada, que possibilite o desenvolvimento da natureza política do indivíduo, contribuindo, assim, para o alcance do bem viver, do bem comum e da autossuficiência. (BARÃO, 2019, p. 12).

Como se vê, a essência da atuação política está voltada para um fim: a boa vida, desta maneira, sobrepondo-se às disputas por cargos eletivos. Para alcançar este objetivo foram desenvolvidos diversos mecanismos, sendo alguns deles: as Constituições, as leis, os processos de escolha de nossos representantes, que estão em constante aperfeiçoamento, de acordo com as demandas sociais de cada período.

Por isso, para que se tenha uma visão ampla da atuação das mulheres na política nos dias de hoje, torna-se imprescindível uma volta no tempo, para conhecermos exemplos de mulheres que também fizeram História, atuando na política muito antes do desenvolvimento deste modelo que conhecemos, que marcharam constantemente por penosos caminhos e enfrentaram as adversidades de sua época.

## 2.2. O MOVIMENTO FEMINISTA E A LEGISLAÇÃO ELEITORAL

A partir do entendimento já demonstrado, de que a política é uma ação abrangente e que faz parte da natureza de todos nós é que se destacam as ações de grupos de mulheres que reivindicaram, no início do século XX, o direito de votar e de serem votadas. Essas ações são demasiadamente importantes para as mudanças na legislação, que permitiram a participação das mulheres nos pleitos eleitorais. Ressalta-se que não foi e ainda não é uma tarefa simples, levando em consideração que nas eleições municipais de 2020, as mulheres representaram apenas 12% dos prefeitos eleitos no primeiro turno (HAJE, 2020, np)

Pois bem, a partir do final do século XIX, a estrutura social que predominou durante os períodos colonial e imperial, que caracterizava-se pelo patriarcado perde fôlego, era chegado os inevitáveis ventos da mudança. Com o capitalismo consolidado o mundo experimentava a segunda fase da Revolução Industrial e junto emergiam novas demandas, principalmente no que se refere aos direitos dos trabalhadores, como havia uma predominância feminina na indústria têxtil logo são criados grupos de mulheres que buscavam por melhores condições de trabalho. É neste cenário que as discussões sobre o sufrágio feminino ganha força.

Com o advento da República era necessário a elaboração de uma nova Constituição, nos moldes do que se esperava desta forma de governo, o que ocorreu em 1891. Ocorre que este documento não foi claro em relação a possibilidade do voto feminino, em seu artigo 70 disciplinou quem são os eleitores e quem não poderia se alistar e em nenhum momento fez menção às mulheres, o que deixou margem para uma interpretação ambígua.

Essa abordagem indefinida impulsionou cada vez mais a atuação das mulheres em busca do direito ao voto e assim em 1910 foi criado por Leolinda de Figueiredo Daltro o Partido Republicano Feminino, com os seguintes objetivos:

No mês de dezembro de 1910 reuniram-se assim na cidade do Rio de Janeiro professoras, escritoras e donas de casa, somando ao todo 27 mulheres, que concordaram em assinar a ata de fundação de um partido político que tinha como objetivo integrá-las na sociedade política. O grupo buscava representar as mulheres brasileiras na capital federal e em todos os estados do Brasil, promovendo a cooperação entre elas na defesa das causas relativas ao progresso do país e de sua cidadania. Assim, o programa do partido destacava a luta pelo sufrágio feminino como primeiro passo para a plena incorporação das mulheres ao mundo público. (MELO; MARQUES, s/d, p. 01)

Alguns anos depois, mais precisamente em 1922, foi organizado um movimento que ficou conhecido como Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, tendo como principal articuladora Berta Lutz.

Fruto direto do intenso movimento pró-sufrágio feminino, desencadeado internacionalmente a partir do final do século XIX, e também de toda uma contestação à ordem política e institucional da República Velha, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) teve sua atuação marcada basicamente pela luta em prol do voto da mulher no Brasil. Tendo como principal articuladora Berta Lutz, a FBPF definia em seus estatutos suas principais reivindicações: além do voto feminino, a instrução da mulher, a proteção às mães e à infância, e uma legislação reguladora do trabalho feminino. (FGV, 2009, np)

O primeiro resultado, diante de tamanha organização das sufragistas veio do Estado do Rio Grande do Norte, a partir da Lei Estadual Nº. 660, de 25 de outubro de 1927, que definia que “no Rio Grande do Norte poderão votar e ser votados, sem distinção de sexos, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por esta lei”. (LOPES, 2020, np).

No ano seguinte, no município de Lajes, neste mesmo Estado foi eleita Alzira Soriano, primeira mulher a virar prefeita no Brasil. Alguns anos mais tarde, em 1932, foi aprovado o Código Eleitoral que passou a assegurar o voto feminino e em 1934, o voto feminino passou a ser previsto na Constituição Federal.

### **2.3. MULHERES NA POLÍTICA CEARENSE**

Até o momento temos que a atuação política é inerente a condição humana e transcende os pleitos eleitorais, sendo assim, ocorre em todos os lugares e épocas, moldando-se às especificidades do local e do direito almejado, seja ele, civil, político ou social. Nesta lógica se destacam quatro mulheres que atuaram na política cearense e que foram pioneiras em seu tempo, contribuindo sobremaneira para a mudança de mentalidade e abrindo caminho para as novas gerações.

#### **2.3.1. BÁRBARA DE ALENCAR, A PRIMEIRA PRESA POLÍTICA DO BRASIL**



Bárbara de Alencar<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Imagem retirada do sítio da Biblioteca Nacional

Pernambucana de nascimento e cearense de coração, Bárbara Pereira de Alencar nasceu aos 11 dias de fevereiro de 1760, na cidade de Exu, ainda adolescente mudou-se para o Ceará, que na época estava subordinado a Capitania de Pernambuco. Inicialmente, para se ter noção da extensão de suas ações na política é preciso apresentar aspectos da cultura e da sociedade brasileira colonial, período em que ocorreu a Revolução de 1817. Sobre a situação da mulher no patriarcalismo da época, ensina-nos Montenegro (1995, p. 146) em artigo publicado na Revista do Instituto do Ceará que “[...] ao se ponderar que o patriarcalismo concedia posições privilegiadas, permitia influências maiores, geralmente, aos homens, ficando as mulheres em lugares subalternos, numa submissão completa que as isolava no recinto do lar”, diante disso, temos que a organização social consolidada naquele momento era regida pelos homens.

Pois bem, resumidamente sobre a Revolução de 1817, temos que foi um levante contra o absolutismo português que teve início em Pernambuco e se espalhou para outros territórios, como o Ceará. Aqui foi recepcionado no Cariri por Bárbara de Alencar e família. As ideias estavam fundamentadas na filosofia das Revoluções Francesa e Americana e tinham por objetivo a implantação da República:

O ano era 1817 e ela tinha 57 anos. Era a primeira vez que uma mulher era presa por motivos políticos no Brasil. Bárbara foi um dos expoentes da Revolução Pernambucana, movimento de oposição à monarquia que fundou uma república em parte do Nordeste mais de 70 anos antes de o marechal Deodoro da Fonseca dar fim ao Segundo Reinado e transformar o Brasil independente em República. Para a diretora executiva da Biblioteca Nacional, Maria Eduarda Marques, o movimento é o “berço da democracia brasileira” e, apesar de ter sido mais reprimido - e com maior crueldade - do que a Inconfidência Mineira de Tiradentes, é “pouquíssimo estudado”. (VERAS, 2019, np)

Dito isto, podemos facilmente deduzir que em uma sociedade predominantemente machista, onde a mulher não tinha direito a participar das decisões políticas, seria muito mais vantajoso, para Bárbara de Alencar, que era uma senhora abastada do sertão cearense permanecer neutra diante da rebelião que chegava ao cariri, em vez disso, tornou-se líder, abraçando e incentivando a causa republicana, mulher decidida e de personalidade forte foi descrita como:

Modelo de mulher extraordinária, heroína da Revolução de 1817, cultivou Bárbara de Alencar, com esmero dotes de liderança no meio familiar em que forjou o seu caráter. E num largo período da história brasileira em que o clã familiar constituía o agrupamento mais dinâmico na Sociedade, irrompendo vigorosamente nos cenários político, religioso e econômico. (MONTENEGRO, 1995, p. 139).

Arriscou tudo o que tinha inclusive a vida, pois, decidiu liderar um embate contra o sistema monárquico absolutista que vigorava, agiu em prol da coletividade, decidiu lutar por um Estado diferente alicerçado em uma Constituição e por isso ficou conhecida como a “inimiga do rei”, tornando-se a primeira persa política do Brasil. Dela disse Ruth de Alencar haver legado “às mulheres posteriores um novo campo, um fertilíssimo campo onde se podia mostrar o valor cívico e patriótico do espírito feminino”. (MONTENEGRO, 1995, p. 151).

Seus atos de bravura reverberam até hoje, iluminando os caminhos de mulheres que assim como ela, não se conformam diante dos preconceitos e das iniquidades que ainda persistem, mulheres que se sentem no dever de contribuir para a construção de uma sociedade mais fraterna.

### **2.3.2. ALDAMIRA GUEDES FERNANDES – PRIMEIRA PREFEITA ELEITA NO BRASIL**



Aldamira Guedes Fernandes <sup>2</sup>

Primeira prefeita eleita no Brasil por voto direto. Nasceu em 1923, no município de Iguatu/CE, mudou-se para o município de Quixeramobim/CE, aos 17 anos, lá foi eleita nas eleições municipais de 1958, obteve 3.866 votos. Em pesquisa realizada no sítio do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará – TRE/CE é possível obter o resultado das eleições de 1958, onde se constata que Aldamira Guedes Fernandes foi a única mulher eleita naquele pleito, no Estado do Ceará, para o cargo de Chefe do Executivo Municipal.

Esta situação demonstra que mesmo depois de mais de uma década de redemocratização, com o fim do Estado Novo, a participação feminina na política era insignificante, o que torna mais relevante o feito alcançado por Aldamira Guedes, que de forma pioneira demonstrou ser possível uma mulher pleitear o cargo de Prefeita.

---

<sup>2</sup>Foto retirada do Portal G1

### 2.3.3. MARIA LUIZA MENEZES FONTENELE – PRIMEIRA MULHER ELEITA PREFEITA DE UMA CAPITAL



Maria Luiza Menezes Fontenele<sup>3</sup>

Primeira mulher a ser eleita prefeita de uma capital no país. Nasceu na Serra do Estevão, no município de Quixadá/CE, em 27 de novembro de 1942. Socióloga e professora Universitária. Gradou-se em Serviço Social em 1965. Mantém sua coerência política e ideológica desde a época de estudante. Sua vida pública tem sido uma continuada luta em prol das causas populares e das liberdades democráticas. (DIÓGENES, 2015, p. 36).

No ano de 1985, o Congresso aprovou Emenda Constitucional restabelecendo eleições diretas para prefeituras de capitais, territórios e municípios que preenchessem determinados critérios. Em pesquisa realizada no sítio do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará – TRE/CE, constatou-se que no Ceará houve eleições em onze municípios, inclusive na capital, sendo Maria Luiza a única mulher eleita.

---

<sup>3</sup>Foto retirada da obra Mulheres no Parlamento Cearense, organizada por Osmar Maia Diógenes.

### 2.3.4. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO



Maria Izolda Cella de Arruda Coelho

Primeira governadora efetiva do Estado. Nasceu no município de Sobral/CE é professora e psicóloga. De 2001 a 2003, atuou como Secretária Adjunta de Educação do município de Sobral e de 2004 a 2006 como Secretária de Educação. A partir de 2007, exerceu o cargo de Secretária Estadual de Educação até abril de 2014. Foi vice-governadora do Estado do Ceará entre 2015 e março de 2022, quando assumiu o governo após a saída do governador Camilo Santana. (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2022, np).

Como Secretária Estadual de Educação ajudou na implementação de diversas ações como a produção de material didático próprio, hoje utilizado por diversos estados; a universalização de métodos entre os municípios, criando uma unidade e auxiliando no desenvolvimento como um todo; a implantação de premiações para escolas, servidores e alunos, além do repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ser realizado baseado nos resultados educacionais de cada município, se tornando, na prática, um incentivo importante para o Programa de Alfabetização na Idade Certa (Paic). (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2022, np).

Observa-se que sua atuação teve como foco a transformação na educação, alcançando, neste setor, o Estado do Ceará a uma posição privilegiada em relação aos outros entes da federação tendo este trabalho sido reconhecido internacionalmente.

### 2.3.5. PRIMEIRAS PREFEITAS

Após o sucesso de Aldamira Guedes Fernandes, primeira prefeita eleita no Brasil por voto direto, nas eleições de 1958 em Quixeramobim, tende-se a achar que seria comum a escolha de mulheres para a chefia do executivo, no entanto, ao analisar os resultados das eleições municipais a partir daquele ano, vemos que não foi bem assim.

Porém, não se pode deixar de mencionar o pioneirismo de diversas mulheres do interior do Estado, que nos trinta anos seguintes à eleição de Aldamira, até a promulgação da Constituição de 1988, demonstraram coragem e determinação e foram eleitas prefeitas. Abaixo, apresentamos a relação destas chefes do executivo, confeccionada a partir dos resultados das eleições, disponíveis no sítio do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará – TRE/CE.

• ELEIÇÕES DE 1962

| MUNICÍPIO | PRIMEIRA PREFEITA  |
|-----------|--------------------|
| Massapê   | Maria Luiza Pontes |

• ELEIÇÕES DE 1970

| MUNICÍPIO    | PRIMEIRA PREFEITA    |
|--------------|----------------------|
| Novo Oriente | Maria Rodrigues Lima |

• ELEIÇÕES DE 1972

| MUNICÍPIO      | PRIMEIRA PREFEITA                   |
|----------------|-------------------------------------|
| Capistrano     | Tertuliana Magalhães de Freitas     |
| Grangeiro      | Maria Neusa de Freitas              |
| Independência  | Guiomar Machado Portela             |
| Ipu            | Maria Antonieta Rocha Aguiar        |
| Jati           | Maria Selma Couto Gondim            |
| Pedra Branca   | Maria Eneida Cavalcante             |
| Santa Quitéria | Maria Arlinda de Paula Lobo         |
| Solonópole     | Maria Suelly Nogueira Pinheiro      |
| Tamboril       | Olga do Vale Sales                  |
| Uruburetama    | Margarida Maria Barbosa Vasconcelos |

• ELEIÇÕES DE 1976

| MUNICÍPIO    | PRIMEIRA PREFEITA                  |
|--------------|------------------------------------|
| Brejo Santo  | Francisca Leite de Lucena          |
| Catarina     | Antônia Celina Araújo Rodrigues    |
| Crateús      | Maria Lionete de Oliveira Camerino |
| Missão Velha | Ana Ester                          |
| Trairi       | Olga Nunes Freire Ribeiro          |

• ELEIÇÕES DE 1982

| MUNICÍPIO        | PRIMEIRA PREFEITA                   |
|------------------|-------------------------------------|
| Camocim          | Ana Maria Beviláqua Moreira Veras   |
| Caririaçu        | Maria José Borges Machado           |
| Carnaubal        | Thereza Noyma de Mesquita Chaves    |
| Palmacia         | Felismina Campelo Macambira         |
| São Luís do Curu | Suzana Freire da Silva              |
| Tamboril         | Julieta Alves Timbó                 |
| Tianguá          | Rina Márcia de Albuquerque          |
| Uruburetama      | Margarida Maria Barbosa Vasconcelos |

• ELEIÇÕES DE 1986

| MUNICÍPIO    | PRIMEIRA PREFEITA                   |
|--------------|-------------------------------------|
| Barroquinha  | Veraldina Veras da Silva            |
| Caririaçu    | Lúcia Vanda de Moraes Guimarães     |
| Caucaia      | Yara Guerra Silva                   |
| Jaguaretama  | Luzia Cunha Saldanha Brito          |
| Martinópole  | Maria Liduina de Melo               |
| Missão Velha | Ana Ester Jucá Maia Soares          |
| Morada Nova  | Maria Auxiliadora Damasceno Girão   |
| Pacajús      | Maria Helena Amaral Chaves          |
| Pacujá       | Raimunda Nonata Alves               |
| Paraipaba    | Neuba de Azevedo Batista            |
| Saboeiro     | Antônia Ieda Lino Gonçalves Nocrato |
| Senador Sá   | Lucileide Oliveira Lima             |

## CONCLUSÃO

De maneira ousada, foi daqui que se viu a nobreza do protagonismo feminino na atuação política, na luta contra o despotismo que vigorava no período colonial, uma ação que nos revela o âmago da verdadeira política, aquela que busca o bem coletivo, que está muito além de resultados eleitorais. De maneira mais específica foi no Ceará que primeiramente se elegeu de forma direta uma prefeita, bem como, anos depois a primeira prefeita de uma capital, enfim, são inúmeros os exemplos da participação das mulheres na política. Seria impossível enumerá-los por completo.

Neste cenário, torna-se necessário olhar atentamente para além do senso comum, assim, será possível compreender que há muito tempo as mulheres atuam na política, seja, agindo diretamente em movimentos sociais e estudantis, seja educando e conscientização através de sua atuação profissional, nas mais diversas áreas ou nos bastidores dando suporte a familiares

e amigos na política partidária, mesmo assim, as transformações são lentas e diante de todas as conquistas ainda persistem entraves que dificultam a participação da mulher nos processos eleitorais.

Diante do exposto, conclui-se que acertadamente o Estado do Ceará é conhecido por “Terra da Luz”. O pioneirismo que emana das terras alencarinas irradia de conhecimento e esperança todas as mulheres deste país. A terra de Rachel de Queiroz, que militou politicamente e que foi presa por defender suas ideias, que foi a primeira mulher a entrar para a Academia Brasileira de Letras, foi palco de acontecimentos memoráveis na história do Brasil.

## REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ. Memorial Pontes Neto. **Mulheres no Parlamento Cearense**. Organizador, Osmar Maia Diógenes – 2. ed. – Fortaleza: INESP, 2015

BARÃO, Marina Leal. **O naturalismo na política de Aristóteles/Marina Leal Barão**; João Hobuss, orientador. — Pelotas, 2019. 71 f. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2019. Disponível em: [http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/5528/1/MARINA%20LEAL%20BARAO\\_Dissertacao.pdf](http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/5528/1/MARINA%20LEAL%20BARAO_Dissertacao.pdf). Acesso em: 25/05/2022

BRASIL. Biblioteca Nacional. **A Biblioteca Nacional relembra Bárbara de Alencar no Dia Internacional da Mulher**. 08 de março de 2017. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/es/node/2603>. Acesso em: 21/05/2022. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Federação Brasileira pelo Progresso Feminino**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/federacao-brasileira-pelo-progresso-feminino>. Acesso em: 18/05/2022.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Governadora Izolda Cela**. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/governo/#>. Acesso em: 29/05/2022.

HAJE, Lara. **Deputadas dizem que número de mulheres eleitas cresceu pouco e defendem reserva de vagas**. Câmara dos Deputados. 20/11/2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/709211-deputadas-dizem-que-numero-de-mulheres-eleitas-cresceu-pouco-e-defendem-reserva-de-vagas/>. Acesso em: 25/05/2022.

LOPES, Marcus. **A história de Alzira Soriano, a primeira mulher a virar prefeita no Brasil**. BBC News – Brasil. São Paulo, 27 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55108142>. Acesso em: 28/05/2020.

MELO, Hildete Pereira; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **Partido Republicano Feminino**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20FEMININO.pdf>. Acesso em: 10/05/2022.

MONTENEGRO, João Alfredo de S. **Bárbara de Alencar**. Revista do Instituto do Ceará. Ano CIX – 1995, p. 139 – 152, Fortaleza – Ce.

MOTA, Camila Veras. **Dia Internacional da Mulher: Bárbara de Alencar, a sertaneja inimiga do Rei que se tornou a primeira presa política do Brasil.** BBC News – Brasil. São Paulo, 08 de março de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47472962>. Acesso em: 28/05/2022.

PORTAL G1 CEARÁ. **Primeira prefeita eleita por voto direto no Brasil morre no Ceará aos 89 anos.** Fortaleza, 17 de março de 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/ceara/noticia/2013/03/primeira-prefeita-eleita-por-voto-direto-no-brasil-morre-no-ceara-aos-89-anos.html>. Acesso em: 21/05/2022.

SEVERO, Luana. **Como as cearenses Aldamira Guedes e Maria Luiza se tornaram referência nacional no Executivo.** Jornal Diário do Nordeste. Fortaleza, 09 de março de 2022. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/pontopoder/como-as-cearenses-aldamira-guedes-e-maria-luiza-se-tornaram-referencia-nacional-no-executivo-1.3201088>. Acesso em: 18/05/2022.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ. **Resultados das eleições no Ceará – 1930 a 1992.** Disponível em: <https://www.tre-ce.jus.br/eleicao/resultados>. Acesso em: 28/05/2022.